

Parecer n.º 324/2012

Data: 2012.10.16

Processo n.º 363/2012

Queixa de: João Silva

Entidade requerida: Presidente da Junta de Freguesia de Taíde (Póvoa de Lanhoso)

I - Factos e pedido

1. João Silva solicitou ao Presidente da Junta de Freguesia de Taíde o envio de fotocópia da ata da última reunião da junta referente a 2011 e de documentos dos quais conste informação sobre o património móvel e imóvel da freguesia e sobre o *“movimento total anual pecuniário referente a 2011”*.
2. Na falta de resposta apresentou queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).
3. Convidada a pronunciar-se a entidade requerida nada disse.

II - apreciação jurídica

1. A entidade requerida está sujeita à Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), alínea e), n.º 1, artigo 4.º.

Serão deste diploma legal os preceitos normativos doravante mencionados sem qualquer outra referência.

2. O regime geral de acesso aos documentos administrativos consta do artigo 5.º nos termos do qual *“[t]odos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo.”*

A LADA considera documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome, artigo 3.º, n.º 1, alínea a).

Como refere o Acórdão n.º 0758/11 do Supremo Tribunal Administrativo, de 31 de agosto de 2011, *“[p]ara que um documento seja considerado «documento administrativo» para efeitos da alínea a) do n.º 1 do referido art. 3.º daquela Lei, não se exige que ele esteja conexionado com alguma das actividades administrativas, bastando que esteja na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo seguinte, ou detidos em seu nome”*.

Nestes termos, o acesso àquele tipo de documentos é livre e generalizado, sem que haja necessidade de apresentar qualquer justificação ou fundamentação.

O artigo 6.º identifica algumas restrições ao direito de livre acesso:

- Quando se trate de documentos nominativos (n.º 5);
- Quando contenham segredos de empresa (n.º 6);
- Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.º s 1, 2, 3, e 4).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem¹.

3. Documentos administrativos nominativos são aqueles que contêm “*acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada*” (alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º).

Pode aceder a tais documentos o titular da informação constante dos mesmos.

Tratando-se de um terceiro o acesso só é permitido se o mesmo “*estiver munido de autorização escrita da pessoa a quem os dados digam respeito ou demonstrar interesse directo, pessoal e legítimo suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade*” (n.º 3 do artigo 2.º, e n.º 5 do artigo 6.º).

É entendimento da CADA que são de classificar como documentos nominativos os que revelam dados do foro íntimo de um indivíduo, como por exemplo os seus dados genéticos, de saúde, ou os que se prendem com a sua vida sexual, os relativos às suas convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias, ou sindicais, os que contêm opiniões sobre a pessoa, e outros documentos cujo conhecimento por terceiros possa, em razão do seu teor, traduzir-se numa invasão da reserva da intimidade da vida privada.

Os documentos sujeitos a restrições de acesso “*são objecto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada*” (artigo 6.º, n.º 7).

4. Está em causa o acesso a ata e a informação sobre o património e as contas da entidade requerida.

¹ Cfr. J.J. Gomes Canotilho/Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 4.ª Edição, Volume I, Coimbra, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda/Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, Coimbra, 2005, p. 430.

5. As atas são documentos que visam traduzir, de forma tão sucinta e clara quanto possível, o que de mais significativo ocorreu numa reunião (artigo 27.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo). Quando não tenham natureza nominativa (o que, por norma, acontece) são de acesso livre e generalizado.

Como considerou a CADA, designadamente no Parecer n.º 54/2010², *“em princípio, são livremente acessíveis por todos, salvo se inserirem informação reservada, integrando, nesse caso, documentos nominativos.*

Cabe à entidade consulente, dentro dos parâmetros acima apontados, verificar, em cada caso, se as mesmas são, ou não, documentos administrativos de carácter nominativo. Se não tiverem natureza nominativa - ou se a informação desse teor apenas se reportar aos requerentes -, elas deverão ser disponibilizadas na íntegra.

Caso contenham informação reservada relativa a terceiros, cujo conhecimento seja susceptível de bulir com a reserva da intimidade da vida privada do seu titular, os requerentes, se tiverem autorização do titular da informação ou se demonstrarem um interesse directo, pessoal e legítimo suficientemente relevante, segundo o princípio da proporcionalidade, têm direito de acesso integral às actas.

Caso não estejam autorizados pelo titular da informação ou não aleguem nem demonstrem esse interesse, têm direito de acesso parcial às actas, delas se expurgando os trechos com informação reservada (artigo 6.º, n.º 7)”.

Na situação presente é requerido o acesso à ata da última reunião da Junta de Freguesia de Taíde realizada em 2011, não se afigurando que a mesma seja suscetível de conter informação reservada.

Ainda que essa circunstância se verifique a ata deve ser facultada com expurgo da informação reservada que eventualmente contenha.

6. São não nominativos e de acesso livre e generalizado os documentos contendo informações sobre o património e as contas da junta de freguesia.

O requerente não identifica (n.º 1 do artigo 13.º) os documentos de que constam as informações a que pretende aceder.

A entidade requerida pode convidar o requerente a indicar os concretos documentos a que pretende aceder, pois que não sendo o pedido *“suficientemente preciso, a entidade requerida deve, no prazo de cinco dias, indicar ao requerente essa deficiência e convidá-lo a supri-la em prazo fixado para o efeito”* (n.º 4 do artigo 13.º), prestando-lhe assistência na *“identificação dos documentos pretendidos”* (n.º 5 do artigo 13.º).

² Disponível em www.cada.pt.

Em tal situação deverá a entidade requerida permitir-lhe a consulta para que o requerente os possa identificar.

7. Nos termos do artigo 11.º, n.º 5, *“a entidade requerida não tem o dever de criar ou adaptar documentos para satisfazer o pedido, nem a obrigação de fornecer extratos de documentos, caso isso envolva um esforço desproporcionado que ultrapasse a simples manipulação dos mesmos”*.

Deve, no entanto, facultar o acesso aos documentos de que constem as informações requeridas

8. A entidade requerida *“pode exigir um preparo que garanta as taxas devidas e, quando for caso disso, os encargos de remessa”* (n.º 5 do artigo 12.º).

III - Conclusão

Face ao exposto, deve a entidade requerida facultar o acesso à ata e informações solicitadas.

Comunique-se.

Lisboa, 16 de outubro de 2012

João Perry da Câmara (Relator) - Pedro Delgado Alves - David Duarte - Maria Eduarda Azevedo - Paulo Moura Pinheiro - Antero Rôlo - Renato Gonçalves - Artur Trindade - Helena Delgado António - António José Pimpão (Presidente)